

JUCESP
07 11 19

5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA

**CINESHOP COMÉRCIO DE PRODUTOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA
ARTES CÊNICAS LTDA- EPP**

NIRE Nº 35208185053

CNPJ Nº 59.356.204/0001-02

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato Social:

PAULO SERGIO BASSO, brasileiro, natural de São Paulo, nascido em 14/03/1964, maior, empresário, casado pelo Regime da Comunhão Parcial de Bens, portador da cédula de identidade RG n.º 16.321.729-4 - SSP - SP, inscrito no CPF sob n.º 045.660.748-03, residente e domiciliado à Rua Pontins, n.º 225, apto. n.º 221, Santana, São Paulo, SP, CEP: 02404-010; e

FABIANA GIUNTI BASSO, brasileira, natural de São Paulo, nascida em 23/12/1963, maior, empresária, casada pelo Regime da Comunhão Parcial de Bens, portador da cédula de identidade RG sob n.º 14.599.693-1 - SSP - SP, inscrita no CPF sob n.º 060.194.588-30, residente e domiciliada à Rua Pontins, n.º 225, apto. n.º 221, Santana, São Paulo, SP, CEP: 02404-010.

Quotistas representando a totalidade do capital social, da sociedade empresária, organizada sob a forma limitada, denominada "**CINESHOP COMÉRCIO DE PRODUTOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ARTES CÊNICAS LTDA. - EPP**", com sede social na Rua Rui Barbosa, nº 79, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP: 01326-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 59.356.204/0001-02, com seus atos constitutivos devidamente arquivados e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob NIRE nº 35208185053, em sessão de 11/08/1988, alteração sob nº 7.469/95-0, em sessão de 23/01/1995, alteração sob nº 322.005/03, em sessão de 29/12/2003, alteração sob nº 163.572/06-9, em sessão de 14/06/2006, e

RESOLUÇÃO
07 11 10

alteração sob nº 175.549/08-4, em sessão de 07/08/2008, RESOLVEM proceder à alteração do indicado Contrato Social, conforme as cláusulas a seguir indicadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os sócios resolvem alterar o objeto social da sociedade, adequando a cláusula segunda do seu contrato social, que passa a vigorar da seguinte forma:

"CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO SOCIAL"

A Sociedade tem por objeto social à Comercialização, Representação, Importação e Exportação de Produtos para Artes Cênicas e atividades correlatas, Locação de Equipamentos para Artes Cênicas, Materiais de Comunicação e o Comércio de Artigos de Papelaria em Geral.

CLÁUSULA SEGUNDA

A administração da empresa será exercida isoladamente pelo sócio administrador **PAULO SERGIO BASSO**, acima qualificado.

Parágrafo Primeiro: Além das atribuições necessárias à realização dos fins sociais, o administrador fica investido de poderes para representar a sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente; transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, celebrar contratos e adquirir, alienar e onerar bens de qualquer natureza, inclusive ativos da sociedade, observadas as condições desta cláusula.

Parágrafo Segundo: A sociedade considerar-se-á obrigada, no que refere aos atos regulares da administração da sociedade, quando representada isoladamente pelo Administrador, ou por um ou mais procuradores, de acordo com a extensão dos poderes que lhes forem conferidos nos respectivos instrumentos de mandato, observado o disposto no próximo parágrafo desta cláusula para os demais atos.

Parágrafo Terceiro: Salvo para judiciais os mandados outorgados pela sociedade terão prazo de vigência determinado, no qual não excederá a um ano.

JUL 11 19

Parágrafo Quarto: O administrador está autorizado a conceder fianças ou avais e contrair obrigações de qualquer natureza em nome da sociedade, ainda de caráter pessoal, ainda que em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais.

CLAÚSULA TERCEIRA

Por este ato altera-se o endereço residencial dos sócios **PAULO SERGIO BASSO**, acima qualificado e **FABIANA GIUNTI BASSO**, acima qualificada de Rua Pontins, nº 225, Apto nº 221, Santana, São Paulo, SP, CEP: 02404-010, para a Rua Alagoas, nº 319, apto nº 71, 7º andar, Higienópolis, São Paulo, SP, CEP: 01242-001.

CLAÚSULA QUARTA:

Em virtude das alterações supra, os sócios resolvem consolidar na íntegra o contrato social da sociedade empresária limitada, que passará a vigorar doravante com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL

CINESHOP COMÉRCIO DE PRODUTOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ARTES CÊNICAS LTDA - EPP

CNPJ/MF 59.356.204/0001-02
NIRE 35208185053

Cláusula Primeira: Da Denominação Social

1.1 A sociedade empresária limitada desenvolverá suas atividades sob a denominação de **CINESHOP COMÉRCIO DE PRODUTOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ARTES CÊNICAS LTDA - EPP**, regendo-se pelo presente instrumento e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Cláusula Segunda: Da Sede Social

JUCESP
07 11 19

2.1 A sociedade terá sede na Rua Rui Barbosa, nº 79, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP: 01326-010.

Parágrafo Primeiro: A sociedade poderá abrir, por deliberação dos sócios, filiais, escritórios ou agências em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Cláusula Terceira: Do Prazo De Duração

3.1. O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

Cláusula Quarta: Do Objeto Social

4.1. A Sociedade tem por objeto social à Comercialização, Representação, Importação e Exportação de Produtos para Artes Cênicas e atividades correlatas, Locação de Equipamentos para Artes Cênicas, Materiais de Comunicação e o Comércio de Artigos de Papelaria em Geral.

Cláusula Quinta: Do Capital Social

5.1. O capital social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios, em moeda corrente do país, da seguinte forma:

Sócios	Qtd. de quotas	Valor da quota	Capital Social Integralizado	Participação Societária
Paulo Sérgio Basso	45.000	R\$ 1,00	R\$ 45.000,00	90,00%
Fabiana Giunti Basso	5.000	R\$ 1,00	R\$ 5.000,00	10,00%
Total	50.000		R\$ 50.000,00	100,00%

Parágrafo Primeiro: A responsabilidade dos sócios é limitada, de acordo com o artigo 1.052 da Lei nº 10.406/02, ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo Segundo: Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações da sociedade.

JUL 11 19

Parágrafo Terceiro: As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Quarto: O capital poderá ser aumentado, nos termos do artigo 1.081 da Lei nº 10.406/02, ressalvado o direito de preferência dos sócios de participar do aumento, na proporção das quotas de que sejam titulares, observados os critérios estabelecidos na Cláusula Sexta.

Cláusula Sexta: Da Cessão e Transferência de Quotas

6.1. A cessão, transferência e alienação de quotas de quaisquer dos sócios a terceiros, a qualquer título, total ou parcialmente, dependerá de prévia e expressa anuência dos outros sócios, ficando outorgado aos sócios remanescentes o direito de preferência sobre o terceiro, em iguais condições, na aquisição das quotas a serem cedidas, transferidas ou alienadas.

Parágrafo Primeiro: O sócio que desejar vender ou transferir suas quotas deverá comunicar o fato por escrito, bem como as condições do negócio e identificação do pretendente, aos sócios remanescentes, que terão, a partir da comunicação, 30 (trinta) dias para exercerem seu direito de preferência.

Parágrafo Segundo: Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior, sem manifestação, ficará caracterizada a renúncia ao direito de preferência pelos sócios, na proporção de sua participação no capital social. Nesse caso, será reaberto novo prazo, nas condições já dispostas, aos sócios remanescentes que tiverem exercido seu direito de preferência, para aquisição das quotas remanescentes, cujo direito não tenha sido exercido pelos demais sócios. Esgotado o novo prazo, sem manifestação, o sócio poderá alienar livremente suas quotas.

Cláusula Sétima: Da Administração da Sociedade

7.1. A administração da sociedade será exercida isoladamente pelo sócio **PAULO SERGIO BASSO**, acima qualificado.

Parágrafo Primeiro: Além das atribuições necessárias à realização dos fins sociais, o administrador fica investido de poderes para representar a sociedade,

DUCEAP
07 11 19

ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente; transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, celebrar contratos e adquirir, alienar e onerar bens de qualquer natureza, inclusive ativos da sociedade, observadas as condições desta cláusula.

Parágrafo Segundo: A sociedade considerar-se-á obrigada, no que refere aos atos regulares da administração da sociedade, quando representada isoladamente pelo Administrador, ou por um ou mais procuradores, de acordo com a extensão dos poderes que lhes forem conferidos nos respectivos instrumentos de mandato, observado o disposto no próximo parágrafo desta cláusula para os demais atos.

Parágrafo Terceiro: Salvo para judiciais os mandados outorgados pela sociedade terão prazo de vigência determinado, no qual não excederá a um ano.

Parágrafo Quarto: O administrador está autorizado a conceder fianças ou avais e contrair obrigações de qualquer natureza em nome da sociedade, ainda de caráter pessoal, ainda que em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais.

Cláusula Oitava: Da Retirada Mensal

8.1. Os sócios poderão, a qualquer tempo, fixar uma retirada mensal a título de pró-labore, pelo exercício da administração da sociedade, respeitadas as limitações legais vigentes.

8.2. Os sócios poderão, a qualquer tempo, fixar uma retirada mensal a título de antecipação de lucros, respeitadas as limitações legais vigentes.

Cláusula Nona: Das Deliberações Sociais

9.1. As deliberações sociais serão tomadas por sócios que representem a maioria do capital social, para que sejam arquivadas no Registro do Comércio e válidas perante terceiros, ressalvados os quóruns específicos previstos na Lei nº 10.406/02.

Parágrafo Primeiro: As deliberações da sociedade serão tomadas em reunião dos sócios, convocadas pelo Administrador ou por quaisquer dos sócios, por meio de notificação escrita contendo data, hora, local e ordem do dia, entregue a todos os

JUCESP
07 11 19

sócios, da seguinte forma: (a) pessoalmente, mediante protocolo; ou (b) por postagem de carta com aviso de recebimento; ou (c) mediante transmissão por fax, com concomitante envio de carta com aviso de recebimento; ou (d) por envio de e-mail, desde que com concomitante envio de e-mail com aviso de recebimento.

Parágrafo Segundo: A convocação da reunião dos sócios deve ser feita com, ao menos, 3 (três) dias de antecedência a contar, conforme seja o caso, da data de assinatura do protocolo, da data do recebimento da carta ou do comprovante de transmissão do fax ou da data do aviso de recebimento de e-mail.

Parágrafo Terceiro: A reunião dos sócios, em primeira ou segunda convocação, instala-se somente com a presença de sócios que representem a maioria do capital social.

Parágrafo Quarto: A reunião de sócios que possuir a totalidade dos quotistas poderá considerar sanada a inobservância dos prazos e procedimentos de convocação de que tratam os parágrafos acima.

Parágrafo Quinto: A reunião dos sócios será presidida por sócios ou seus representantes, aos quais caberá a escolha do secretário e, desde que o presidente e o secretário sejam aprovados por sócios representando a maioria do capital social.

Parágrafo Sexto: Os sócios poderão ser representados na reunião de quotistas por procurador com poderes específicos para exercer direito de voto em relação às quotas da sociedade.

Parágrafo Sétimo: Das deliberações dos sócios em reunião será lavrada resolução assinada por todos os presentes. O sócio representando a maioria do capital social decidirá se a resolução será levada ou não a registro perante a Junta Comercial competente, caso a matéria não seja atinente a terceiros.

Parágrafo Oitavo: A reunião dos sócios não requererá quaisquer providências, formalidades ou "quórum" não previstos neste capítulo.

Parágrafo Nono: A reunião dos sócios será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

DUCEAP
07 11 19

Parágrafo Décimo: A sociedade não terá livro de registro de atas de reuniões de sócios, livro de presença em reunião dos sócios ou quaisquer outros que, legalmente, sejam dispensáveis.

Cláusula Décima: Do Exercício Social

10.1. O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando será elaborado inventário, balanço patrimonial e balanço econômico da sociedade, sendo que os lucros ou prejuízos serão distribuídos, incorporados ao capital social ou suportados entre os sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo Único: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios reunir-se-ão, em assembléia, com o objetivo de tomar as contas do administrador e deliberar sobre o balanço patrimonial e de resultado econômico da sociedade.

Cláusula Décima Primeira: Do Falecimento, da Retirada e da Exclusão

11.1. A sociedade não se dissolverá por falecimento, retirada ou exclusão de quaisquer dos sócios, mas prosseguirá com os remanescentes.

Parágrafo Primeiro: Em caso de falecimento, se seus herdeiros ou sucessores já forem sócios da sociedade, as quotas sociais serão a eles transmitidas.

Parágrafo Segundo: Falecendo sócio que tenha herdeiro ou sucessor que não seja quotista da sociedade, este herdeiro ou sucessor apenas ingressará na sociedade mediante anuência prévia, expressa e escrita, dos sócios remanescentes. Caso não haja tal anuência, apurar-se-ão os haveres do sócio falecido que couberem ao herdeiro ou sucessor com base em balanço especialmente levantado para esse fim, relativo à data do evento, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, após a comunicação ou confirmação do fato.

Parágrafo Terceiro: O valor apurado na forma acima será pago em bens e/ou numerário, em até 12 (doze) parcelas mensais, a critério dos sócios remanescentes, sendo que, no caso de pagamento parcelado, incidirá correção

DUCESP
07 11 19

monetária, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o levantamento desse balanço.

Parágrafo Quarto: Será admitida a retirada de sócio, mediante reembolso do valor de suas quotas, em caso de discordância em relação à alteração contratual promovida, por motivo justo.

Parágrafo Quinto: Para apuração do valor da parcela que caberá ao sócio retirante, bem como sua forma de pagamento, aplicar-se-ão os critérios estabelecidos nos parágrafos segundo e terceiro desta cláusula.

Parágrafo Sexto: Será admitida exclusão de sócio, por justa causa, nos termos do artigo 1.085 da Lei nº 10.406/02, por deliberação da maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, em reunião de sócios quotistas especialmente convocada para tal fim, sendo o sócio acusado notificado até 30 (trinta) dias antes de sua realização para que possa exercer adequadamente seu direito de defesa.

Parágrafo Sétimo: No caso de exclusão de sócio, apurar-se-ão os haveres do sócio excluído, bem como se procederá ao pagamento, conforme os critérios dispostos nos parágrafos segundo e terceiro desta cláusula.

Cláusula Décima Segunda: Da Dissolução

12.1. A sociedade se dissolverá nos casos previstos em lei e por decisão unânime dos sócios.

Cláusula Décima Terceira: Da Liquidação

13.1. Em caso de liquidação, os sócios nomearão um liquidante, a fim de que proceda na conformidade das leis vigentes.

Cláusula Décima Quarta: Da Transformação, Fusão e Cisão

14.1. Por decisão dos sócios, a sociedade poderá transformar-se em outro tipo societário, incorporar-se ou fundir-se a outra, e proceder à própria cisão.

JUCESP
07 11 19

Cláusula Décima Quinta: Da Impenhorabilidade das Quotas

15.1. Em virtude do caráter personalíssimo desta sociedade, os sócios estabelecem que as quotas são impenhoráveis quer por dívidas dos sócios, quer por dívidas de terceiros.

Parágrafo Único: Também em virtude do caráter personalíssimo que adquire esta sociedade, nenhum dos sócios poderá dar qualquer quantidade de quotas que possui do capital social em garantia de dívidas pessoais ou terceiros, não podendo, outrossim, nomeá-las à penhora nos processos executivos que porventura lhes forem movidos.

Cláusula Décima Sexta: Do Conselho Fiscal

16.1. É vedado aos sócios instituir Conselho Fiscal consoante disposição do artigo 1.066 da Lei nº 10.406/02.

Cláusula Décima Sétima: Da Legislação Aplicável

17.1. Os casos omissos no presente contrato serão regidos pelas disposições da Lei nº 10.406/02, e no que forem aplicáveis, pela Lei nº 6.404/76.

Cláusula Décima Oitava: Do Foro

18.1. Para todas as questões oriundas deste contrato, fica desde já eleito o Foro do Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os Sócios e o Administrador, acima qualificados, declaram, nos termos do artigo 1.011, da Lei nº 10.406/2002, que terão, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência, que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios, bem como que não estão impedidos, por lei especial, nem estão condenados ou se encontram sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia

JUCESP
07 11 19

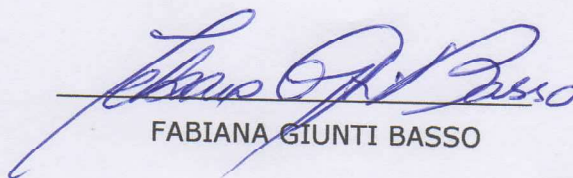
popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, as partes obrigam-se a cumprir o presente contrato, assinando-o na presença das duas testemunhas abaixo, em três vias de um só teor e efeito, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 21 de outubro de 2019.

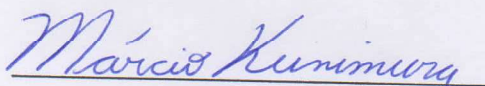


PAULO SÉRGIO BASSO



FABIANA GIUNTI BASSO

Testemunhas:



Márcio Kunimura

RG 26.392.775-1/SSP-SP



Mario Yuji Kunimura

RG 4.920.544/SSP-SP

